

Abandono das obras da A26: Uma Imbecilidade com graves consequências para a Região e o País

O desenvolvimento de uma região pressupõe que haja, de entre vários fatores, uma atratividade natural (do ponto de vista do chamamento de investimentos) com a existência de recursos naturais/endógenos de particular valia, etc. que se encontre dotada de recursos humanos especialmente qualificados e empreendedores, a existência de outros instrumentos/meios que lhe permita ser competitiva com os outros territórios designadamente infraestruturas, vias de comunicação e formas privilegiadas de “escoar” a produção.

No caso do Alentejo, em particular o do Baixo Alentejo, começámos, há bem pouco tempo atrás, a tentar recuperar o atraso de décadas de isolamento, motivado, especialmente, por uma ditadura (como todas, centralizadora e desprezadora do território) e por um processo pós-revolução extremamente fraturante e que deixou “mazelas” económicas, sociais e culturais.

Foi feita a aposta no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva dotando a região de uma reserva estratégica de água, criando condições para uma nova agricultura, capaz de competir com o resto do Mundo, moderna e com condições para atrair investimento privado.

Apostou-se na utilização civil da Base Aérea 11, com a criação do Aeroporto de Beja, com o investimento (comparticipado por fundos comunitários) a todos os níveis considerado lógico por potenciar recursos existentes e obter evidentes ganhos ao nível da ligação aérea de carga e passageiros.

Apostou-se, enfim, na ligação do Aeroporto de Beja à A2 (uma das principais artérias de deslocação de pessoas e de bens em Portugal) e complementaridade com outros investimentos. Detenhamo-nos, pois, neste projeto.

Este último projeto foi muito debatido ao nível das autarquias envolvidas (Santiago do Cacém, Sines, Grândola, Beja e Ferreira do Alentejo) durante, mais ou menos, 10 anos. Foi um processo que envolveu Assembleias e Câmaras Municipais, pedidos de parecer e consultas de diversas entidades, com a escolha (democrática e participativa) dos trajetos/corredores rodoviários e pressupôs um alongado debate ao nível regional e nacional.

Quando tudo isso foi conseguido, entendeu o Governo da altura (PS) avançar para uma via rodoviária fundamental de ligação do interior (Aeroporto de Beja) ao Litoral (Porto de Sines) como corolário da estratégia de desenvolvimento preconizada e consensualizada na região: Porto de Sines – Alqueva – Aeroporto de Beja.

Este projeto foi, desde a primeira hora, um motivo de expectativa por parte dos agentes económicos, sociais e culturais da região.

Integrar as potencialidades do Baixo Alentejo, valorizando o potencial endógeno e incrementando o movimento de pessoas e mercadorias, criando uma sinergia que é lógica e racional, permitiria aumentar a coesão dos territórios e tornar a região mais competitiva.

A verdadeira “artéria” por onde se fomentaria o desenvolvimento da região, complementando o esforço público dos outros investimentos estava estudada (na sua viabilidade) projetada como um investimento público descentralizado e, pouco tempo depois, no terreno.

O resto já todos, infelizmente, sabemos.

A imbecilidade prevaleceu e a obra (já avançada, nalguns casos, com mais de 50% executada) foi abandonada, desperdiçando-se, como se nos pudéssemos de dar a esse luxo, muitos milhões de euros, por um Governo que não soube, desde a primeira hora (e continua a não saber) definir uma estratégia para os investimentos em curso.

Governo esse que rejeitou liminarmente deslocar-se ao terreno e saber as consequências da imbecilidade. Que, enfim, terá procurado inviabilizar, desde a primeira hora, todos os investimentos públicos previstos (e em curso) para a região (Alqueva e Aeroporto).

A ideia era acabar, terminar, extinguir (diabolizar) qualquer presença de investimento público realizado pelo governo anterior no território, com as “hossanas” dos dirigentes locais do PSD/ Deputado em substituição e com, uma aparente passividade e conivência (?) dos dirigentes regionais/nacionais do PCP.

Qual a razão? Tinha sido desenvolvido por um Governo PS que (como todos sabemos) é, do ponto de vista eleitoral, o adversário natural de PCP e PSD.

O problema disto é que, passado mais de um ano, para além de umas “marchas lentas” inconsequentes, uns pedidos de audiência “manhosos” ao Governo, no habitual “protesto por protesto” do PCP e das calinadas (também habituais) de um deputado (suplente) que “só se representa a si próprio” (o efetivo será consultor do FMI disfarçado?) as coisas continuam na mesma “como a lesma”.

Calculando (a habitual?) inércia de alguns agentes políticos na região, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo avançou, de forma determinada, para um processo judicial (que será moroso) mas que, nesta altura, se nos afigura como a única forma de lidarmos com o autismo do Governo.

Para que não esqueçamos: a obra da A26 não é uma obra local. Não serve um só Concelho, serve uma região (composta por vários Concelhos), e é essencial para o seu futuro.

A expectativa de agentes económicos (que possam trazer mais investimento para a região) e que (continuam a contar com A26) a viabilidade da estratégia de desenvolvimento e acima de tudo uma questão de modernidade, no acesso da capital de Distrito e Aeroporto de Beja, pressupõem que não baixemos os braços nem nos resignemos a uma conjuntura desfavorável que atravessamos e pugnemos pela concretização/finalização desta obra.

Quem não quer a A26 ou não quer o desenvolvimento da região, ou está servindo interesses que não são o da região!

Para isso não contem connosco!

Aníbal Reis Costa  
Ferreira do Alentejo